



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAITINGA - CMEI
CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 129, EM 14 DE OUTUBRO DE 1997
REVOGADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 834, DE 02 DE SETEMBRO DE 2022
PORTARIA Nº 085/2023, DE 17 DE MARÇO DE 2023
MANDATO: QUADRIÊNIO – 2023 / 2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA – JANEIRO/2026

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), aconteceu no auditório da Casa dos Conselhos, localizada à Rua: Manoel de Sousa, nº 215 – Bairro: Parque Genezaré, CEP: 61.881-263, Estado do Ceará, às 9h, a reunião com o colegiado do CMEI, tendo a convocatória sido encaminhada no dia 08 de janeiro do corrente ano, com a seguinte ordem do dia: **DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**, e entre outros assuntos afins.

COMPARECERAM OS SEGUINTE REPRESENTANTES:

01= Maria Fernanda da Silva Xavier – Titular – Pais dos Conselhos Escolares

Maria Fernanda da Silva Xavier

02 – Maria Rosana Ferreira da Silva – Suplente – CAE

Maria Rosana Ferreira da Silva

03 – Antônio Izabel Di Primazzi – Suplente – CMDCA

Antônio Izabel Di Primazzi

04 – Mayara Sâmia Amaro Rodrigues – Titular – COMDEF

Mayara Sâmia Amaro Rodrigues

05 – Lúcia de Fátima da Justa Teixeira Rocha - Titular – Profissionais da Educação Especial

Lúcia de Fátima da Justa Teixeira Rocha

06 – Deusdeth Alves de Lima – Titular – SME

Deusdeth Alves de Lima

07 – Iris Cleide Lopes da Silva – Titular – CMSI

Iris Cleide Lopes da Silva

08 – Priscila Cordeiro de Menezes – Titular – Professores da Educação Infantil

Priscila Cordeiro de Menezes

09 – Sabina Leila Barros dos Santos – Titular – CACS do FUNDEB

Sabina Leila Barros dos Santos

10 – Maria Aumeyre Cavalcante Martins Assunção – Suplente – CACS do FUNDEB

Maria Aumeyre Cavalcante Martins Assunção

11 – Josefa Gleice do Nascimento – Suplente – SME;

Josefa Gleice do Nascimento

CONSELHEIROS AUSENTES:

Roberta Cavalcante Soares Barros – Titular – Secretários / Técnicos-Administrativo;
Maria Claudia Ferreira dos S. Bezerra – Titular – Diretores Escolares da Rede Municipal;
Regisleda Silva de Sousa – Titular – Instituições Privadas – Educação Infantil.
Karollina Maria Oliveira Pereira de Araújo – Suplente – Instituições Privadas – Educação Infantil;
Francisca Renata Lima Guerra – Titular – CTI;
Maria Luzia Cavalcante da Costa – Suplente – CTI;
Alexsandra Nascimento Barros – Suplente – COMDEF;
Maria Margarida Ferreira de Sousa – Titular – CAE;
Maria da Conceição Soares Sampalo – Suplente – Professores do Ensino Fundamental;
Gardênia Ferreira Negreiros – Suplente – CMSI;
Maria Isabel Soares Lopes – Suplente – Pais dos Conselhos Escolares;
Aline da Silva Fontenele – Titular – Professores do Ensino Fundamental;
Adriana Maria Aguiar Silva – Suplente – Profissionais da Educação Especial;
Josiskelle Fernandes Marcos – Suplente – Diretores Escolares da Rede Municipal; e

JUSTIFICOU A AUSÊNCIA:

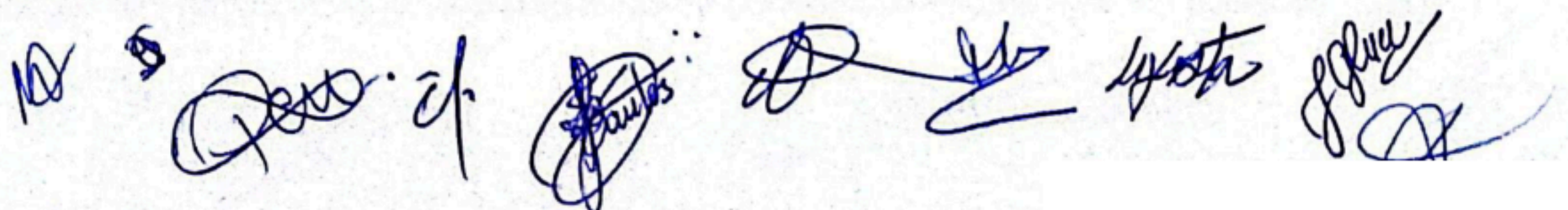
Ricardo Alexandre Sindeaux Ferreira – Suplente – Atividades na escola
Ana Adélia Pereira Fernandes – Titular – CMDCA - reunião de trabalho; e
Francisca Norma dos Santos Alves – Suplente – Secretários / Técnicos-Administrativo - Atividades na escola

APOIO TÉCNICO / VISITANTE:

Jeymson Xavier da Silva – Coordenador dos Transportes;
Hedilberto Araujo Maia – CASPE Contabilidade; e
Sandra Lucia Monteiro da Silva – SME.

PROCEDIMENTOS GERAIS:

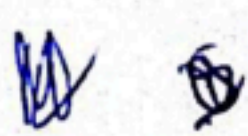
A Vice-presidenta do Conselho Municipal de Educação de Itaitinga-CMEI, Sabina Leila Barros dos Santos, agradeceu a presença de todos, e iniciou a reunião explicando que os Conselhos são espaços abertos à participação da comunidade, permitindo que qualquer cidadão acompanhe as reuniões, faça questionamentos e solicite esclarecimentos. Entretanto, o direito ao voto é restrito aos conselheiros oficialmente nomeados pela portaria, reforçando que as convocações para as reuniões são realizadas regularmente e que os próprios conselheiros podem compartilhá-las em grupos e redes sociais, ampliando a divulgação e incentivando a participação social. Informou à plenária que seriam iniciados os procedimentos administrativos necessários para a recomposição das representações no conselho, a fim de garantir a regularidade, a transparência e o pleno funcionamento dos colegiados. Deu-se início a discussão acerca das alterações necessárias para a composição do conselho, sendo necessária a emissão de uma carta de desvinculação, no qual deve constar a justificativa formal para a saída do referido membro. Tal procedimento tornou-se obrigatório, uma vez que atualmente exige-se maior controle, diferente de períodos anteriores, quando as substituições ocorriam sem a devida ciência formal dos envolvidos. Ressaltando ainda que a carta de desvinculação deve ser assinada pelo próprio representante, a fim de atender às exigências legais e administrativas e que o representante desvinculado será substituído por outro indica-

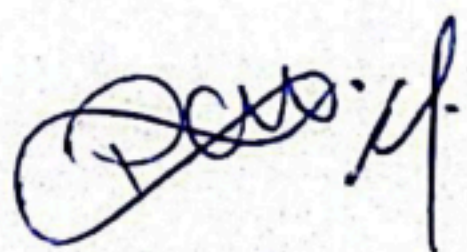


do. Na sequência, Sabina Leila Santos abordou que há alterações necessárias no CME, considerando que o representante dos diretores, a Sra. Cláudia Bezerra, não exerce mais a função de diretora, o que inviabiliza sua permanência como representante do segmento, entre outros conselheiros que estão assumindo cargos na SME. Diante disso, foi destacada a necessidade de convocação ou indicação de um novo membro, conforme previsto na legislação municipal que rege a composição do referido conselho. A vice-presidenta enfatizou que o CME possui papel fundamental na criação das normativas que orientam toda a Rede da Educação Básica do município, abrangendo a Educação Infantil, a Educação em Tempo Integral, Educação Especial e Ensino Fundamental I e II, destacando que, até o momento, o município dispõe apenas de normativas relacionadas à Educação em Tempo Integral, sendo imprescindível a ampliação desse arcabouço normativo. Destacou que os membros do conselho devem possuir afinidade com a legislação educacional e compreensão de que as decisões não podem ser tomadas de forma arbitrária ou pessoal, devendo sempre observar a legislação do conselho nacional, as legislações federais e estaduais, para posterior adequação à realidade municipal. Frisou a importância do domínio de legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, bem como do Documento Curricular Referencial do Ceará-DCRC, ressaltando que o município ainda não possui documento curricular próprio, utilizando atualmente o do Estado, o que demanda atenção, sobretudo quanto à valorização dos conteúdos regionais. Sabina Leila Santos alertou para a responsabilidade do CME, destacando que as decisões impactam diretamente na qualidade do ensino ofertado pelo município, e que não é mais admissível a elaboração de normativas de forma improvisada, considerando o crescimento econômico do município, sendo igualmente necessário elevar o nível da educação, por meio de decisões bem fundamentadas e participativas. Pontuou que muitas decisões tomadas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação-SME não chegam ao conhecimento do conselho, o que fragiliza o processo democrático e a função fiscalizadora e normativa do colegiado. Ressaltou a necessidade de que o conselho seja incluído desde o início nas discussões e planejamentos da secretaria, evitando decisões apressadas e sem o devido debate. Quanto à composição do conselho, esclareceu que, apesar da intenção inicial de promover mudanças imediatas, os prazos legais estabelecem que a renovação do CME deverá ocorrer apenas em janeiro de 2027 (dois mil e vinte e sete). Na sequência, passou-se à apresentação das **Diretrizes Operacionais da Educação em Tempo Integral**, esclarecendo que o momento tinha como principal objetivo a atualização e o esclarecimento junto ao CME. Sabina Leila Santos esclareceu que cabe ao CME, analisar, apreciar e discutir o conteúdo, antes da emissão da Resolução. Orientou que os conselheiros realizassem anotações, durante a exposição, a fim de subsidiar para as futuras deliberações. Destacou que o CME possui atualmente maior experiência em relação à Educação em Tempo Integral, diferentemente de períodos anteriores, quando decisões

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, including a large circular stamp, a signature that appears to be 'Luisa', and several other illegible marks.

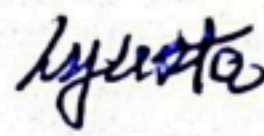
precisavam serem tomadas de forma célere em função de prazos de envio de documentos ao Sistema Federal. Atualmente, há um entendimento quanto a importância de analisar as diretrizes à luz da legislação nacional, das normativas dos conselhos municipais e das especificidades locais. Ressaltou que eventuais questionamentos e sugestões devem ser direcionados aos coordenadores da Educação Integral, não com o intuito de desqualificar o trabalho desenvolvido, mas de contribuir para seu aprimoramento. Relatou que chegou ao CME relatos de que algumas atividades, especialmente eletivas, não estariam sendo executadas conforme as diretrizes previstas, motivo pelo qual se faz necessária a análise criteriosa, visando assegurar a efetiva promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Ressaltou a necessidade de haver visitas técnicas constante dos espaços escolares. Destacou o papel dos gestores escolares na fiscalização cotidiana das atividades do tempo integral, especialmente nos horários mais sensíveis, como o almoço e os intervalos, bem como a responsabilidade na seleção e acompanhamento dos profissionais envolvidos. Reforçou que competência, responsabilidade e comprometimento são essenciais para garantir resultados efetivos. Frisou a corresponsabilidade dos professores, que devem não apenas observar falhas, mas apresentar sugestões de melhoria nos espaços adequados, contribuindo de forma construtiva para o processo educativo. Após a fala, Sabina Leila Santos passou a palavra para a conselheira Josefa Gleice do Nascimento representante da SME no CME, que iniciou a fala informando que foram realizadas tentativas conjuntas de adequação, principalmente no que se refere à inclusão, buscando ajustes dentro da realidade do município, de forma viável e possível. Relatou que os documentos produzidos foram encaminhados a Prefeitura, tendo sido homologados por meio de decreto do prefeito Antonio Marcos Tavares. Ressaltou que o município possui tais documentos da política educacional devidamente organizados. Esclareceu ainda que, em 1º (primeiro) de agosto de 2025, foi publicada a primeira resolução, datada de 7 (sete) de fevereiro de 2005, que passou a instituir as Diretrizes Nacionais Curriculares, inexistentes até então, para a modalidade mencionada e que a partir da Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025, os municípios passaram a ter a obrigatoriedade de revisar suas legislações, leis e decretos. Informou que, enquanto alguns municípios ainda precisarão construir suas normativas, o município de Itaitinga já as possuía, sendo necessário apenas adaptá-las às novas exigências, que deixaram de ser opcionais e passaram a ser obrigatórias. Destacou que apresentaria um resumo do que se tornou obrigatório, e do que foi adaptado pelo município, ficando acordado que, em outro momento, caso o CME deseje, poderia ser realizada a análise completa da resolução municipal. Esclareceu que, nesta etapa, seria suficiente o envio de uma ata do CME registrando que o material foi analisado, informando se houve ou não alterações e atualizações, sem necessidade de uma aprovação formal. Comunicou também a ampliação da equipe responsável, com a inclusão de mais 2 (dois) membros, passando a organização a





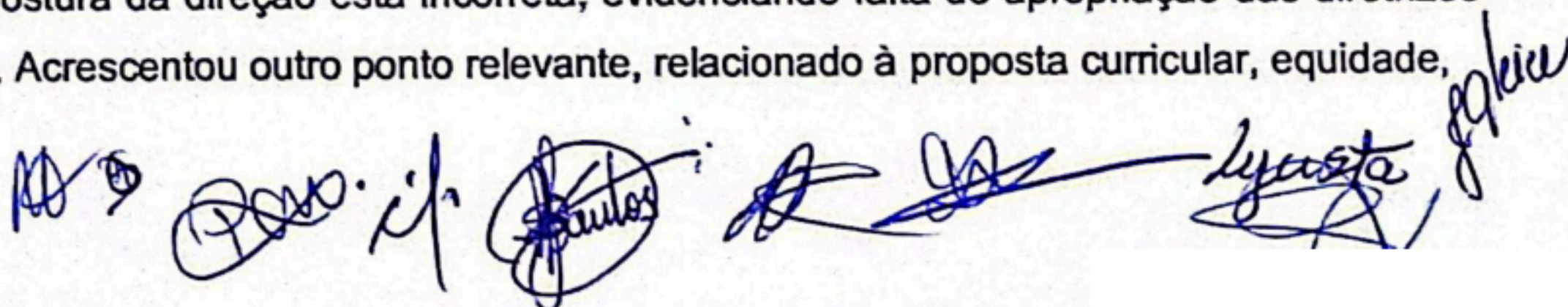




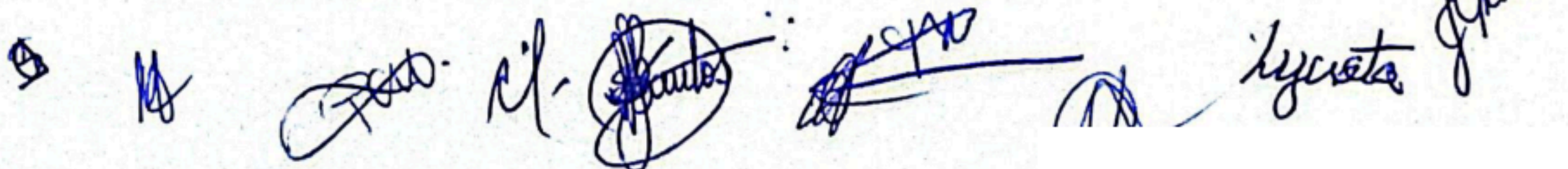




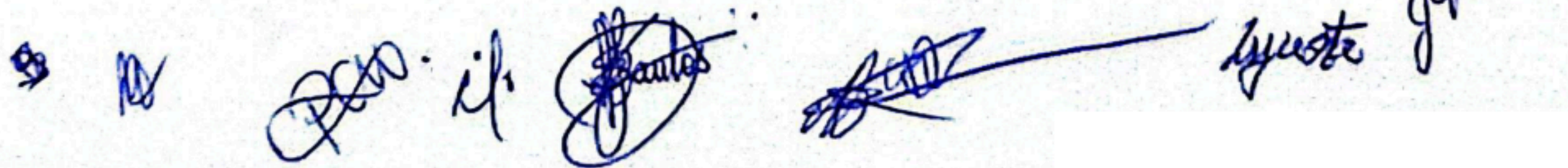
contemplar representantes voltados à Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e acompanhamento geral. Citou que as professora Francirene Alves de Lima é a responsável pela Educação Infantil; a professora Marília Machado será pelos Anos Iniciais, e a professora Sandra Lucia Monteiro da Silva permanecerá com os Anos Finais. Detalhou a organização interna da equipe, explicando a distribuição das responsabilidades entre os membros, considerando as experiências e vivências de cada um. Apresentou as principais alterações trazidas pela nova normativa, destacando quais unidades escolares terão ETI e como será a obrigatoriedade da carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias, que anteriormente era apenas sugerida, mas que no município, essa exigência já vinha sendo cumprida, contínua e permanente, não sendo mais permitida a oferta em apenas alguns dias da semana. Sabina Leila Santos questionou sobre a possibilidade de variação diária da carga horária, desde que respeitada a média mínima exigida. Gleice Nascimento esclareceu que o município apresentará 2 (dois) modelos de organização, incluindo escolas mistas, com turmas em tempo parcial e em tempo integral. Explicou que, no tempo integral, poderão ser ofertadas jornadas diferenciadas, respeitando os parâmetros legais, e que o período de almoço e deslocamento passa a ser contabilizado como parte do processo pedagógico, considerando sua função educativa, organizacional e formativa. Sabina Leila Santos levantou o questionamento sobre a locomoção dos alunos para atividades externas, como projetos desenvolvidos em outros espaços, a exemplo de centros esportivos e culturais. Gleice Nascimento esclareceu que, dentro da jornada de Tempo Integral, os alunos permanecem sob responsabilidade da escola durante todo o período, sendo possível o deslocamento para atividades externas com acompanhamento e transporte adequado, conforme organização e decisão do município, não sendo obrigatória a participação de toda a turma, mas sim conforme a proposta pedagógica e a frequência dos alunos. Explicou que a saída dos alunos para utilização de espaços externos, como praças e parques, é permitida, havendo flexibilidade quanto ao uso desses ambientes. Contudo, destacou que toda a parte funcional e de verificação exige organização operacional, sendo necessário que a escola possua essa matriz funcional integrada ao Planejamento Pedagógico, com definição de carga horária, aulas e critérios de avaliação. Ressaltou ainda que tais projetos precisam do acompanhamento de um professor responsável, exemplificando que atividades esportivas, como futebol, devem contar com profissional da área de Educação Física. Informou a coordenadora que, no momento, o município não consegue atender plenamente a proposta. Sabina Leila Santos esclareceu que a observação foi feita com o objetivo de que, em momentos de diálogo com os diretores escolares, esse entendimento seja reforçado, evitando que gestores impeçam parcerias com outros equipamentos públicos por falta de conhecimento ou interpretação equivocada. Gleice Nascimento afirmou que, nesses casos, a postura da direção está incorreta, evidenciando falta de apropriação das diretrizes existentes. Acrescentou outro ponto relevante, relacionado à proposta curricular, equidade,



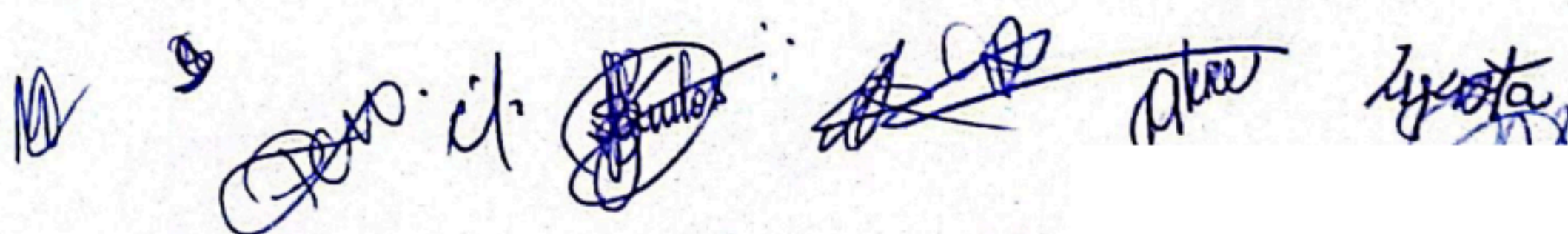
sustentabilidade socioambiental e justiça climática, destacando que a educação inclusiva deve estar inserida obrigatoriamente na matriz da Educação Integral. Pontuou que as ações pedagógicas devem garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos da rede municipal, caracterizando o princípio da justiça curricular. Abordou a realidade socioeconômica do município, classificada majoritariamente como área vulnerável, o que reforça a necessidade de atenção às diretrizes de equidade e sustentabilidade. Foram citados fatores como proximidade de áreas sensíveis e impactos ambientais decorrentes de investimentos e construções, ressaltando que tais decisões afetam diretamente o município como um todo. Sabina Leila Santos destacou a importância de trabalhar essas questões em sala de aula, especialmente no cuidado com os espaços públicos, observando práticas inadequadas como o descarte incorreto de resíduos e queimadas. Reforçou que essa conscientização deve iniciar desde a educação infantil, sendo continuamente estimulada ao longo da formação dos estudantes. Gleice Nascimento ressaltou que a postura do gestor escolar é fundamental, pois, independentemente do modelo da escola, o gestor é, antes de tudo, um educador e formador de valores. Enfatizou que atitudes incoerentes comprometem o processo educativo e a formação cidadã dos alunos. Na sequência, discutiu-se o conceito de responsabilidade social e ambiental, reforçando a necessidade de desenvolver o senso de responsabilidade coletiva no ambiente escolar. Gleice Nascimento alertou que temas como sustentabilidade e meio ambiente devem ser trabalhados de forma contínua, e não apenas em períodos específicos ou ações pontuais. Sabina Leila Santos observou que essas temáticas não devem ser tratadas como conteúdos isolados, mas como um processo evolutivo e integrado às práticas diárias da escola. Questionou ainda se nas formações e capacitações realizadas com os professores, essas orientações estão sendo apresentadas de forma unificada ou separadamente das ações pedagógicas propostas. Questionou quais seriam os temas abordados e destacou a obrigatoriedade de que esses conteúdos sejam levados às escolas por meio de ações formativas. Gleice Nascimento esclareceu que está apresentando ao CME uma série de avanços e propostas de fortalecimento, ressaltando que atualmente existem exigências que antes não estavam previstas, tornando determinadas ações obrigatórias, sendo necessário acompanhamento para compreender o que será efetivamente implementado. Explicou que a principal limitação está relacionada aos recursos financeiros, sendo necessário avaliar de onde esses recursos podem ser legalmente alocados, ressaltando que melhorias demandam investimentos, planejamento e definição clara de objetivos. Destacou a priorização de territórios vulneráveis, com ênfase na importância da realização de pesquisas de campo no município para identificar as áreas com maior necessidade de intervenção. Afirmou que, embora todo o território municipal apresente algum grau de vulnerabilidade, há bairros que demandam maior atenção, tanto do ponto de vista social quanto educacional, sendo necessário observar os índices de aprendizagem para apoiar as escolas que apresentam

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, including a large circular stamp with a signature inside, and several other names and marks.

maiores dificuldades. Sabina Leila Santos abordou ainda a questão dos grupos historicamente excluídos, mencionando a existência de legislação. Gleice Nascimento reforçou que essa ausência gera entraves legais, pois não é possível incluir formalmente representações que não existem de fato, situação confirmada por outros participantes. Relatou tentativas de contato com representantes externos na busca por alternativas, reconhecendo, contudo, que na prática o município não dispõe atualmente de organizações formalizadas para esse fim, o que torna o cumprimento das exigências legais mais complexo. Gleice Nascimento enfatizou que o município possui crianças em situação de extrema vulnerabilidade social, destacando a necessidade de ações integradas, articuladas e que valorizem a diversidade, não sendo possível tratar essas questões de forma isolada. Sabina Leila Santos observou que as ações devem contar com acompanhamento dos professores, considerando as limitações de horário e disponibilidade, ressaltando que nem sempre é viável concentrar todas as atividades em um único turno, sendo necessária uma organização que respeite essas condições para garantir a efetividade das ações propostas. Questionou sobre a flexibilidade de horários para a realização das atividades, ao que Gleice Nascimento esclareceu que o município passará a trabalhar com turmas em tempo parcial e integral - processo Misto. Ressaltou que, quando uma turma é definida como integral, os alunos devem cumprir todas as atividades nos turnos da manhã e da tarde, não havendo opção de participação parcial apenas em determinados componentes. Diante disso, a Sabina Leila Santos questionou se a adesão ocorreria por turma inteira ou apenas por alguns alunos. Gleice Nascimento respondeu que a adesão ocorre por turma, explicando que não é viável manter grupos muito reduzidos, como ocorria anteriormente, pois isso gera alto custo para o município. Relatou que, em experiências anteriores, havia grande variação no número de alunos participantes, o que dificultava a organização e a contratação de profissionais. Assim, quando uma turma adere à proposta, todos os alunos participantes seguem o mesmo formato, sem possibilidade de escolha individual posterior. Foi perguntado que a opção pelas turmas já havia sido feita, onde Gleice Nascimento confirmou, destacando que a oferta das turmas foi realizada com responsabilidade, após semanas de análise e planejamento. Informou que, embora tenham ocorrido avanços e algumas conquistas, o resultado ainda não atingiu plenamente o que se pretende, uma vez que o objetivo inicial era não deixar nenhum aluno fora da sala de aula, em nenhum turno. Contudo, explicou que cada turma ofertada em tempo integral reduz a quantidade de vagas disponíveis em tempo parcial, sendo necessário iniciar o processo de forma gradual para garantir qualidade. Ressaltou que a implantação em novas escolas e novos mecanismos tem contribuído para melhorias, inclusive em relação aos equipamentos. Informou que, nas escolas onde foi possível, houve ampliação da oferta, mantendo a continuidade do processo de forma responsável, reconhecendo a necessidade de cautela e de medidas progressivas. Durante a discussão, foi abordado a questão do financiamento do

A series of handwritten signatures and initials in blue ink are located at the bottom of the page. From left to right, there is a small mark, a signature, a signature with a large flourish, a signature that appears to be 'Sabina', a signature that appears to be 'Gleice', and a signature that appears to be 'Lyustre'.

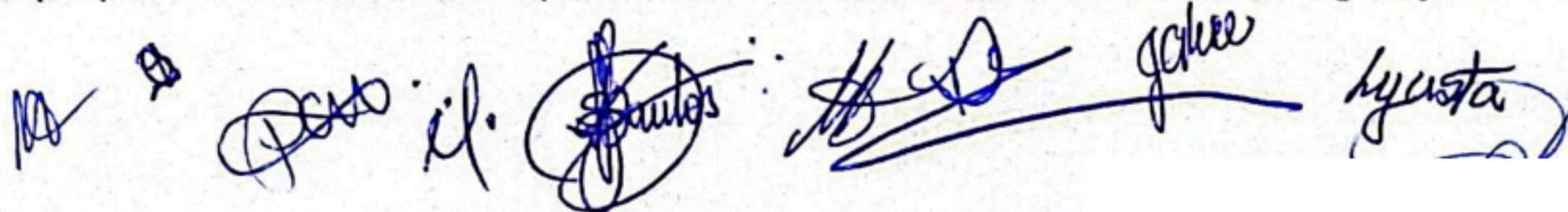
Ensino Integral. Sabina Leila Santos observou que, inicialmente, não havia clareza quanto ao impacto financeiro dessa modalidade, mas que posteriormente passou-se a analisar a complementação dos recursos do FUNDEB. Explicou que houve alterações nos percentuais da complementação, esclarecendo que em 2025 foi descontado 10% (dez por cento), mas que, conforme a legislação atual, esse percentual foi ajustado para 4% (quatro por cento), sendo destinado de forma específica. Gleice Nascimento reforçou que esses recursos possuem destinação própria e impactam diretamente o planejamento municipal. Destacou o papel do CME no acompanhamento dessas questões e na promoção da cidadania, ressaltando a importância da formação e ampliação das equipes. Informou que houve recentemente o ingresso de novos profissionais e que a gestão busca garantir jornadas adequadas e formação continuada. Acrescentou que também está prevista a oferta de formação contínua para os membros da comunidade escolar não docentes, como porteiros, manipuladoras de alimentos, auxiliares de serviços gerais e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil-ADIs, enfatizando que esses profissionais devem receber capacitação permanente, assim como ocorre com os professores. Reforçou a importância dessa iniciativa, destacando a relevância da valorização e qualificação de todos os profissionais que integram a comunidade escolar. Destacou a importância da formação dos profissionais não docentes, ressaltando que muitas colaboradoras não demonstram grande capacidade de comunicação e compreensão, o que evidencia a necessidade de ampliar o acesso à formação teórica. Pontuou que essas profissionais já possuem vivências práticas significativas, muitas vezes adquiridas por meio de estágios e cargas horárias extensas, e que a ampliação do tempo de formação contribuiria para que compreendam diferentes pontos de vista e fortaleçam a atuação. Ressaltou ainda que o CME acompanha esse processo, sendo informado periodicamente sobre dados como número de matrículas, andamento das ações e elaboração de relatórios anuais, nos quais são apresentadas as políticas positivas, os pontos que não avançaram e as correções necessárias, permitindo o acompanhamento contínuo e a evolução das ações. Sabina Leila Santos reforçou que são fundamentais para a transparência, mas observou que muitas informações só chegaram ao seu conhecimento em razão da participação em curso de formação que participou. Relatou que, antes disso, desconhecia grande parte do funcionamento interno das escolas, especialmente no que se refere à oferta do Tempo integral. Destacou a ausência de materiais gráficos e dados sistematizados que facilitem a compreensão sobre quais escolas e turmas ofertam a modalidade integral. Compartilhou experiências pessoais ao buscar informações junto às escolas e à SME, relatando situações em que havia alunos em Tempo Integral dentro de escolas que, formalmente, não possuíam turmas integralmente constituídas, o que gerava confusão quanto à adesão, acessibilidade e enquadramento legal das matrículas. Gleice Nascimento esclareceu que, em muitos momentos, as informações encaminhadas aos municípios não

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature, a circular stamp, and several other names and marks.

possulam total veracidade, pois o processo de implantação do Tempo Integral ainda estava em construção. Explicou que os documentos eram elaborados de forma introdutória, acompanhando um modelo que ainda estava sendo desenvolvido coletivamente, o que dificultou a consolidação de dados precisos naquele período. Ressaltou que esse processo já foi superado e que, atualmente, as turmas em Tempo Integral estão devidamente organizadas, com os alunos corretamente alocados, permitindo uma participação mais efetiva e uma visão mais assertiva da política educacional no município. Retomou a discussão sobre a jornada escolar, explicando que, embora não existam escolas integralmente classificadas como de Tempo Integral, há turmas que funcionam nessa modalidade. Esclareceu que as jornadas variam conforme a organização da carga horária, podendo alcançar 7 (sete) ou até 10 (dez) horas diárias, o que demanda maior articulação administrativa junto à SME. Complementou afirmando que essa organização faz parte de uma estratégia educacional, esclarecendo que a oferta do Tempo Integral é obrigatória no âmbito municipal, ainda que possa ser trabalhada de forma transversal junto aos componentes curriculares. Informou que, nas turmas de Tempo Integral, há ações mais específicas, destacando investimentos realizados, como a implantação de laboratórios de ciências em 7 (sete) escolas e a disponibilização de materiais de robótica, alguns deles compartilhados entre unidades. Ressaltou que essas iniciativas fortalecem o letramento, especialmente nas turmas de Tempo Integral, enquanto, nas turmas parciais, esse processo ocorre de forma integrada aos demais componentes curriculares. Gleice Nascimento destacou tratar-se de uma atualização que contempla bairros do município, sendo parte do processo de revisão do documento. Em seguida, informou que a apresentação enfatiza a noção geral da atualização realizada, que subsidiaria a resolução a ser apresentado posteriormente pelo CME, esclarecendo que apresentaria apenas as alterações realizadas no documento, ressaltando que foram poucas modificações, pedindo compreensão quanto à formatação. Informou que a atualização buscou organizar melhor os objetivos, trazendo referências conceituais e facilitando a compreensão do material, destacando a visualização e a apresentação de um panorama mais claro do município, por meio de mapas integrados. Foi questionado a situação da Escola Jardim de Fátima, ao que a Gleice Nascimento respondeu que a unidade passará por reforma, explicando que tentativas anteriores não foram possíveis e que as intervenções ocorreriam posteriormente, em razão dos transtornos enfrentados. Acrescentou que houve priorização da oferta para o 1º (primeiro) ano e da Educação Infantil, especialmente para crianças de 5 (cinco) anos, como diretriz da SME, mantendo algumas ofertas existentes e investindo na adesão das turmas, o que possibilitou alcançar resultados inéditos, já que anteriormente não havia turmas de 1º (primeiro) ano em Tempo Integral. Sabina Leila Santos questionou a não ativação de determinadas séries no Tempo Integral, destacando que inicialmente o planejamento previa a inclusão do 7º (sétimo) ano e, posteriormente, do 8º (oitavo) e 9º (nono)

A series of handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Gleice Nascimento' and several other initials and names.

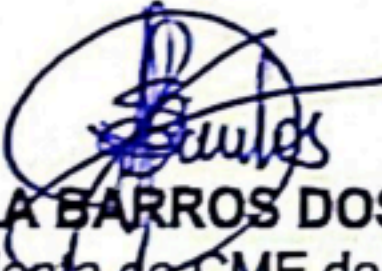
ano, o que não se concretizou. Gleice Nascimento informou que não foi possível realizar essa ampliação em todas as unidades, havendo escolas que alcançaram até o 7º (sétimo) ano. Esclareceu que, embora o planejamento previsse adesão total, a execução ocorreu apenas em algumas turmas, devido às limitações estruturais, sendo que o objetivo inicial era atingir 100% (cem por cento) das séries previstas. Explicou ainda que, mesmo sem a ativação completa, houve previsão mínima de atendimento, considerando grupos específicos, e que praticamente todo o município foi contemplado, uma vez que existem unidades distribuídas em todo município. Ressaltou que fatores como estrutura física, criação de novas creches, processos de reautorização e reorganização territorial que impactaram diretamente a ampliação do Tempo Integral. Sabina Leila Santos levantou questionamento sobre o desdobramento de turmas entre unidades e comunidades, ao que Gleice Nascimento respondeu que, em sua avaliação, a comunidade permaneceu sendo atendida, com ampliação de turmas em determinadas faixas etárias, inclusive com aumento da oferta de jornadas de 7 (sete) horas, inexistentes anteriormente em alguns espaços. Acrescentou que novas turmas estão previstas, permitindo uma visualização mais coerente da realidade atual, garantindo que todos os alunos matriculados nas turmas previstas realizaram a devida adesão. Destacou a questão do transporte escolar informando que o tema foi tratado recentemente com a equipe responsável, sendo analisados aspectos como acessibilidade nos bairros, rotas, quantidade de veículos e condições de deslocamento. Ressaltou que houve levantamento de informações, registros e apresentações sobre transporte e acessibilidade, com comunicações realizadas ao final do processo. Sabina Leila Santos observou que, a acessibilidade não se limita apenas à existência do transporte, mas à sua efetividade, destacando que a quantidade atual de ônibus ainda demonstra uma defasagem significativa frente às necessidades do município. Gleice Nascimento destacou que, mesmo diante do período de pandemia, houve diversos projetos em andamento no município, especialmente nas áreas ambiental e social. Citou exemplos de projetos que estão sendo executados de forma contínua, inclusive nas escolas, abordando temas como Socialização na Adolescência, Drogas e Sexualidade, em parceria com Secretarias e Programas já existentes. Ressaltou que, para que essas ações integrem efetivamente o Tempo Integral, é necessário que estejam inseridas diretamente no contexto escolar e alinhadas às atividades pedagógicas. Sabina Leila Santos questionou se tais projetos estão de fato incorporados à proposta pedagógica do Tempo Integral ou se apenas funcionam de forma paralela. Gleice Nascimento explicou que algumas ações, como as ambientais, são trabalhadas dentro das disciplinas eletivas, integrando-se à educação ambiental já existente, embora nem todos os projetos estejam formalmente inseridos na matriz curricular. Sabina Leila Santos trouxe a sugestão relacionada à Educação Financeira, mencionando a existência de propostas e programas, inclusive de órgãos como a Receita Federal, que poderiam ser mais bem aproveitados. Pontuou ainda a existência de legislação

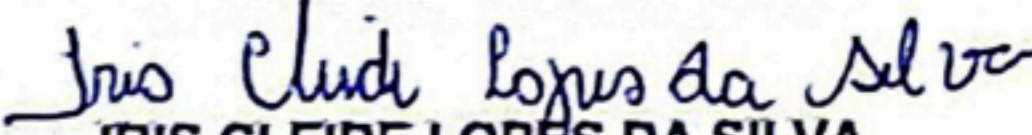
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right, there are several initials and signatures, including one that appears to be 'Santos' and another that looks like 'Gleice'.

municipal sobre o tema, a qual, segundo sua análise, não está claramente aplicada no Tempo Integral. Gleice Nascimento complementou afirmando que o Jovens Empreendedores Primeiros Passos-JEEP, embora relevante, trabalha mais o Empreendedorismo do que a Educação Financeira, ressaltando a importância de ensinar o cuidado com o dinheiro. Ponderou que o JEEP pode servir como etapa inicial desse aprendizado. A conselheira Iris Cleide Lopes da Silva esclareceu que o JEEP trabalha o empreendedorismo, mas não trabalha Educação Financeira, algo bastante relevante para o futuro desses alunos, pois não basta trabalhar o empreendedorismo se não aprenderem a administrar o dinheiro. As discussões avançaram para a área de Linguagens, quando Sabina Leila Santos observou a ausência de maior diversidade linguística no Tempo Integral, citando inclusive a existência de uma Lei Municipal que prevê o ensino de Esperanto. Iris Cleide Lopes confirmou a existência da legislação, e ressaltou que se tratava de uma lei antiga, mas destacando a dificuldade de sua efetividade, especialmente pela necessidade de professores especializados. Sabina Leila Santos ressaltou que as ações do Tempo Integral devem ser planejadas a partir das necessidades reais de cada localidade, considerando a integralidade do desenvolvimento das comunidades atendidas, para que estas possam contribuir efetivamente com o progresso local. Questionou o fato dos projetos apresentados não terem sido construídos com base em estudos prévios das localidades, mas sim ajustados a propostas já existentes, afirmando que, em sua avaliação, o Tempo Integral ainda não está sendo aplicado no município conforme o modelo previsto. Destacou, ainda, a ausência de análise dos Projetos Político-Pedagógicos-PPP das escolas, mencionando que não houve levantamento das demandas locais, e que nem mesmo os regimentos internos foram observados em algumas situações, o que compromete o alinhamento das ações educacionais com a realidade das comunidades. Gleice Nascimento explicou que os projetos estão em fase inicial de implementação e que, devido às limitações operacionais, nem todas as ações conseguem atender de forma integral todas as regiões. Sendo organizadas conforme a estrutura disponível e parcerias existentes, especialmente nas áreas de esporte, cultura e meio ambiente, complementou com exemplos pontuais das discussões já realizadas e das dificuldades encontradas no processo. Sabina Leila Santos esclareceu que se faz necessário a atualização das matrizes curriculares, uma vez que o tempo integral das escolas deveria estar devidamente inserido nos PPPs, sendo apresentadas as novas rotinas do tempo integral e parcial para a Educação Infantil, bem como a reorganização da matriz curricular do Ensino Fundamental, com carga horária ampliada e integração dos componentes Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Ao longo dos debates, destacou-se a importância da escuta da comunidade escolar para a definição de eletivas e projetos que despertem o interesse dos estudantes e atendam às especificidades locais. Foram citados exemplos de práticas exitosas já desenvolvidas em algumas unidades escolares, como projetos de Educação Ambiental, fortalecimento das vivências artísticas, pro-



dução de jornais escolares, incentivo à leitura, à escrita e à autonomia dos alunos, além de iniciativas relacionadas à inclusão e à valorização da cultura local. Gleice Nascimento esclareceu pontos referentes à organização dos horários, especialmente no que se refere ao tempo destinado ao almoço, repouso e funcionamento das turmas em regime integral e parcial. Por fim reforçou que as escolas poderão optar ou adaptar os componentes eletivos de acordo com a realidade de cada comunidade, considerando as orientações apresentadas e a escuta do PPP. Nada mais havendo a tratar, a vice-presidenta fez os agradecimentos a todos os participantes pelas contribuições e pelo diálogo estabelecido, ressaltando a importância do debate para o aprimoramento das políticas educacionais do município. Solicitou que os conselheiros se manifestassem sobre as atualizações apresentadas das Diretrizes Operacionais da Escola de Tempo Integral, onde todos se colocaram satisfeitos, aprovando-as, mas fazendo destaques para alguns acréscimos quanto a infraestrutura, educação inclusiva, entre outras sugestões que estarão na Resolução Nº 001/2026/CME. Em seguida, encerrou a reunião, em que Eu, Iris Cleide Lopes da Silva, conselheira do CME que redigiu e lavrei a presente ata, que vai ser assinada, por mim, pelos conselheiros do CMEI presentes à reunião, caso aprovem o seu texto, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.


SABINA LEILA BARROS DOS SANTOS
Vice-Presidenta do CME de Itaitinga


IRIS CLEIDE LOPES DA SILVA
Conselheira do CME de Itaitinga

ANEXO I

ATUALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES DO TEMPO INTEGRAL JANEIRO-2026

ATUALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL CONFORME A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7, DE 1º DE AGOSTO DE 2025 QUE INSTITUI AS DIRETRIZES OPERACIONAIS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

- Torna obrigatória a articulação intersetorial com saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e mundo do trabalho.
- Define critérios objetivos priorizando territórios vulneráveis e grupos historicamente excluídos, com base em diagnósticos contínuos
- Determina alinhamento integral à BNCC, superação da lógica turno/contraturno e inclusão obrigatória de educação digital, letramento digital
- Define composição mínima de equipes, jornada adequada, formação continuada em serviço e inclusão de não-docentes nas formações.
- Responsabilidade ampliada para planejamento, coordenação, formação, infraestrutura e articulação intersetorial, com relatório anual obrigatório ao conselho de educação.

ANEXO II

ESCOLAS COM AS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Escola Valmiquie Sampaio de Albuquerque
Escola Manoel Novais de Oliveira
Escola Manoel Machado
Escola Dona Conceição
Escola Elias de Sousa
Escola Profª Laura da Costa Lima
Escola Lídia Alves Cavalcante
Escola Manoel Rodrigues de Paiva
Creche Maria Tavares Cavalcante
Escola Manoel Ferreira Gomes
Escola Jardim de Fátima
Escola Francisca de Moraes Ferrer
Creche Gervásio Marinho Queiroz
Escola Galdino Assunção Filho
Escola Henrique Gonçalves da Justa
Escola Francisco Sales Filho
Creche Carlos Albuquerque de Lima
Creche CEI Rita Laureano dos Santos
Escola Creche do Bairro Barroco

ANEXO III

MATRIZ CURRICULAR TEMPO INTEGRAL – 10 HORAS ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS		
BASE COMUM	Língua Portuguesa	9h
	Matemática	9h
	Educação Física	2h
	História	2h
	Geografia	2h
	Ciências	2h
	Projeto Caminhar	2h
	Cidadania e Responsabilidade	2h
	Empreendedorismo/ Educação Financeira/JEPP	2h
	Vivências Artísticas	2h
	Ensino Religioso	1h
	Vivências Socioemocionais	1h
	Língua Inglesa	1h
	Arte	1h
	Letramento Digital	1h
	Componente diversificado	1h
CARGA HORÁRIA TOTAL		40 h
*Componentes curriculares diversificados	Olimpíadas em Foco	
	Jornal Escolar digital	
	Laboratório de Inglês	
	Música, Poesia e Literatura	
	Educação Ambiental: Ações que transformam o Mundo	
ALIMENTAÇÃO, HIGIENE E REPOUSO SERÃO ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 2H DIÁRIAS.		

*Na matriz curricular de Tempo Integral 10h, cada instituição de ensino deverá optar apenas por um componente curricular diversificado de 1h, dentre as sugestões propostas apresentadas.

ANEXO IV

MATRIZ CURRICULAR TEMPO INTEGRAL – 7 HORAS ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS		
BASE COMUM	Língua Portuguesa	8h
	Matemática	8h
	Arte	1h
	Língua Inglesa	1h
	Educação Física	2h
	História	2h
	Geografia	2h
	Ciências	2h
	Ensino Religioso	1h
	Letramento Digital	1h
	Projeto Caminhar	2h
	CARGA HORÁRIA TOTAL	30h
ALIMENTAÇÃO E HIGIENE SERÃO ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 1H DIÁRIA.		

ANEXO V

MATRIZ CURRICULAR ENSINO PARCIAL – 4 HORAS		
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS		
BASE COMUM	Língua Portuguesa	6h
	Matemática	5h
	História	2h
	Geografia	2h
	Ciências	2h
	Arte	1h
	Idioma Inglês	1h
	Educação Física	1h
	Ensino Religioso	1h
	CARGA HORÁRIA TOTAL	21h
*O letramento digital, clubes de letramento e escolas das adolescências serão trabalhados de forma integrada aos demais componentes curriculares.		

ANEXO VI

UNIDADES ESCOLARES	TEMPO PARCIAL	TEMPO INTEGRAL E C/H DIÁRIA
Creche Abílio Rodrigues Pereira	----	Infantil I, II e III (10h)
Creche Carlos Albuquerque Lima	----	Infantil I, II e III (10h)
Creche Professora Liege Maia Marinho	----	Infantil I, II e III (10h)
CEI Maria Tavares Cavalcante	Infantil III, IV e V	Infantil V (10h)
CEI Rita Laureano dos Santos	Infantil II, III e IV	Infantil II, III e IV (10h)
Creche Francisca de Assunção Ribeiro	Infantil II, III, IV e V	Infantil II, III, IV e V (10h)
Creche Gervásio Queiroz Marinho	Infantil IV e V	Infantil I, II, III, IV e V (10h)
Creche Recanto do Saber	Infantil III, IV e V	-----
Escola Creche do Bairro do Jabuti	Infantil II e III	-----
Escola Creche do Bairro Barroão	Infantil III, IV e V	Infantil IV e V (10h)
Escola Horácio Alves Ferreira	Infantil III, IV e V	Infantil V (10h)
EEF Dona Concelção	EF Anos Finais	7º, 8º e 9º ano (7h)
EEF Elias de Sousa	Educação Infantil (V) EF Anos Iniciais	2º e 5º ano (10h)
EEF Francisca de Moraes Ferrer	EF Anos Iniciais	2º e 5º ano (10h)
EEF Francisca Ferreira Siqueira	EF Anos Iniciais e Finais	2º, 5º ano (10h) - 8º e 9º ano (7h)
EEF Francisco Sales Filho	Educação Infantil (IV e V) EF Anos Iniciais	2º e 5º ano (10h)
EEF Galdino Assunção Filho	Educação Infantil (III, IV e V), EF Anos Iniciais e Finais	Infantil V, 1º, 2º, 5º, 7º, 8º e 9º ano (10h)
Casa da Criança (Galdino Anexo)	EF Anos Iniciais e Finais	1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º (10h)
EEF Geraldo Batista de Lima	Educação Infantil (IV e V) EF Anos Iniciais	Infantil IV, V, 1º, 2º e 5º ano (10h)
EEF Henrique Gonçalves da Justa	EF Anos Finais	7º, 8º e 9º ano (7h)
EEF Jardim de Fátima	EF Anos Iniciais e Finais	-----
EEF Lídia Alves Cavalcante	EF Anos Finais	7º, 8º e 9º ano (10h)
EEF Manoel Ferreira Gomes	EF Anos Iniciais e Finais, EJA	9º ano (7h)
EEF Manoel Machado	EF Anos Iniciais	2º e 5º ano (10h)
EEF Manoel Novalis de Oliveira	Educação Infantil (III, IV e V) EF Anos Iniciais e Finais	Infantil V, 1º, 2º, 5º, 7º, 8º e 9º ano (10h)
EEF Manoel Rodrigues de Paiva	EF Anos Iniciais	2º ano (10h) e 5º ano (7h)
EEF Professora Júlia de Ferrer Serpa	EF Anos Finais	8º e 9º ano (10h)
EEF Professora Laura da Costa Lima	EF Anos Iniciais	1º, 2º e 5º ano (10h)
EEF Santa Terezinha	Educação Infantil (IV e V) EF Anos Iniciais	Infantil V, 1º, 2º e 5º ano (10h)
EEF Valmíque Sampaio de Albuquerque	EF Anos Iniciais e Finais EJA	1º, 2º, 5º, 7º, 8º e 9º ano (10h)

*Tempo Parcial 4h diárias de atividades pedagógicas.

ANEXO VII

REGISTROS DA REUNIÃO



REDMI Note 13

15mm f/2.2 1/30s ISO100
16/01/2026 11:07



REDMI Note 13

24mm f/1.7 1/40s ISO100
16/01/2026 11:18